

SAÚDE

A preservação da vida dos cidadãos é uma obrigação do Estado, óbvia desde Hobbes no sec XVII; conseqüentemente, o cuidado com a saúde dos mesmos cidadãos é igualmente uma obrigação do Poder Público, como declara, aliás, o artigo 196 da nossa Constituição, ainda não derogado.

Não digo que seja letra morta esta declaração porque há, de fato, uma rede de hospitais públicos e de postos de atendimento que, não obstante suas carências, prestam ao povo um serviço de inestimável utilidade e que se ampliou grandemente nas últimas décadas e racionalizou seu conjunto de operações com a unificação do Sistema sob o SUS desde a Constituição de 88.

O que incomoda as pessoas sensíveis ao sofrimento dos brasileiros mais carentes é a evidência de um processo de degradação de instituições que já foram referências de qualidade de atendimento médico aqui no Rio, e do Rio para o Brasil e para a América do Sul. Como o Instituto Nacional do Câncer; como o Hospital dos Servidores do Estado; como os Hospitais do Andaraí e o de Bonsucesso, para não falar do grande Hospital do IASERJ completamente desaparecido.

Degradação do serviço público que ocorre a par com o encarecimento contínuo do atendimento privado feito pelos planos de saúde e pelos médicos particulares. Sinto na perplexidade-indignação do povo mais carente uma falha inaceitável naquela função essencial do Estado de proteger a vida do cidadão. As tragédias da falta de segurança pública nas ruas são diariamente apresentadas e por vezes até ampliadas na mídia a causar mal-estar e revolta. Enquanto a tragédia diuturna da busca pedestre e desesperada de atendimento para salvar uma vida da gente mais carente, que é sofrimento agudo e coletivo da imensa maioria de nossa população, não parece tão perturbadora para a nossa classe média que lê jornal e faz a opinião; e se preocupa muito mais com a Educação, citando sempre o exemplo da Coréia.

Não sou expert nem sou do ramo da saúde; é difícil para mim qualquer apreciação crítica de caráter construtivo, com propostas e sugestões. Sou movido, neste artigo, pelo contágio da sufrença popular eivada de resignação magoada que constato com tristeza na minha proximidade.

E também pela verificação de que, se na questão da Educação, igualmente relevante, há uma consciência já sedimentada a respeito da sua prioridade básica e absoluta, no campo da saúde percebo muito mais as dolorosas queixas populares generalizadas do que uma consciência política organizada para a priorização do atendimento médico. Percebo, também, nas posições muito importantes e progressistas dos nossos profissionais da saúde, laivos de um natural corporativismo que é bem explorado pelos privatistas que ora comandam nossa política. E, entretanto, sem nenhuma pretensão de comparar urgências com a Educação, inclino-me hoje a clamar mais pela premência da saúde estatal, que afinal está ligada à vida. E quero fazê-lo sem nenhuma consideração econômica de produtividade, tão presente, hoje, nas escolhas do gasto público, inclusive na questão da educação.

E ante a minha falta de conhecimento adequado, para não fazer deste Correio só um reclamo infrutuoso, me ocorre chamar o poder público ao menos para a ampliação do programa "Mais médicos", que trouxe reconhecimento tão abrangente no interior mais afastado dos grandes centros do nosso País, e que poderia também ser desenvolvido nas cidades maiores, onde se concentra o sofrimento popular agudo.

Roberto Saturnino Braga

rsaturninobraga@gmail.com

www.saturninobraga.com.br